



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PEDAGOGIA COM ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM**  
**EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**PALOMA CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS**

**UM OLHAR PARA UMA CRIANÇA COM SÍNDROME DO ESPECTRO**  
**AUTISTA EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BAYEUX -**  
**PB**

**JOÃO PESSOA-PB**

**2018**

**PALOMA CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS**

**UM OLHAR PARA UMA CRIANÇA COM SÍNDROME DO ESPECTRO  
AUTISTA EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BAYEUX –  
PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia – Área de aprofundamento em Educação do Campo do Centro de Educação (CE), Campus I da Universidade Federal da Paraíba

Orientadora: Profa. Dra. Severina Andréa Dantas de Farias.

JOÃO PESSOA – PB

2018

**PALOMA CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS**

**UM OLHAR PARA UMA CRIANÇA COM SÍNDROME DO ESPECTRO  
AUTISTA EM UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNÍCIO DE BAYEUX -  
PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora do Curso de Licenciatura em Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Severina Andréa Dantas de Farias.

**Aprovado em:** 14 de junho de 2018

**BANCA EXAMINADORA**



Profa. Dra. Severina Andréa Dantas de Farias  
Orientadora – DEC/CE/UFPB



Profa. Ms. Érica Jaqueline de Sousa Pinto  
Examinadora – DEC/CE/UFPB



Prof. Ms. Ricardo de Carvalho Costa  
Examinador – DEC/CE/UFPB

**Catálogo na publicação**  
**Sessão de Catalogação e Classificação**

S237o Santos, Paloma Cristina Rodrigues dos.

Um olhar para uma criança com síndrome do espectro autista em uma escola pública no município de Bayeux - PB / Paloma Cristina Rodrigues dos Santos. - João Pessoa, 2018. 34 f.

Orientação: Severina Andréa Dantas de Farias.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Crianças autistas. 2. Atendimento Educacional Especializado - AEE. 3. Autismo. I. Farias, Severina Andréa Dantas de. II. Título.

UFPB/BC

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Deus por ter me dado força, sabedoria e inteligência, a minha família e a minha orientadora Severina Andréa.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço acima de tudo a DEUS por ter me dado capacidade de chegar até aqui, por ter me dado força, sabedoria e inteligência.

A minha família por toda união que temos principalmente a meus pais Inácio Cicero dos Santos e Maria Neuman Rodrigues dos Santos que com toda simplicidade educou a mim e aos meus irmãos e nos fizeram ser quem somos, e me fez chegar até aqui.

Ao meu amado esposo Alex Júnior da Cruz que me incentivou no início, quando pagou minha inscrição para realizar o vestibular, por todas as noites que ficou me esperando na universidade com fome, cansado, mas nunca reclamou sempre estiveram ali me dando forças para continuar, mesmo quando eu falava em desistir e acompanhando meu esforço até a conclusão dessa etapa de minha vida

A minha professora orientadora Severina Andréa, por ter me mostrado que nada na vida é fácil, mas que tudo na vida tem solução, que somos capazes de tudo só nos basta ter força de vontade para continuar.

Aos meus colegas de sala Renatielly e Ana Carolina que sempre foram parceiras e amigas, em todos os trabalhos estávamos ali sempre juntas, a Sylvia e Edinaldo que sempre foram exemplos de pessoas fortes, a Antônio e Fabíola que juntos construímos laços eternos de amizades, que juntos passamos por muitas coisas, mas permanecemos sempre um ajudando o outro.

A meu filho João Pedro que mesmo no meu ventre, em cada mexidinha me dava forças para continuar.

Muito obrigada a todos!

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo principal Analisar uma crianças com autismo e a profissional da sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE em uma escola pública no município de Bayeux, Paraíba. Para alcançar este objetivo adotamos alguns autores que discutem a temática, tais como: Rios (2011), Reis (2011), Russo (2017) que discutem a temática da pesquisa, bem como os documentos oficiais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e as leis do Autismo (BRASIL, 2012; 2015). A partir daí, elegemos como metodologia da pesquisa um estudo de caso, onde temos como sujeitos da pesquisa: uma professora da sala atendimento educacional especializado e um estudante autista, ambos participantes da instituição investigada. Utilizamos como principal instrumento de investigação um questionário semiestruturado aplicado com os participantes do estudo. Além de observações realizadas na sala de recurso, acompanhamos a realização de algumas atividades realizada com o estudante participante. Os resultados evidenciaram a boa comunicação da professora da sala de recurso com os demais profissionais, bem como o monitoramento das atividades desenvolvidas com as crianças deficientes. Evidenciamos também que a relação do estudante com a professora da sala de recursos é muito produtiva e dinâmica na realização das atividades diferenciadas elaboradas pela profissional. Infelizmente esta relação não foi verificada com relação a professora da sala regular no período da investigação. Concluimos que os estímulos que foram realizados com o estudante autista na sala de recursos permitem que, aos poucos, seja ativado a memória e tenha um desenvolvimento cognitivo adequado próximo a sua idade. Diante de toda a investigação verificamos a necessidade de termos um olhar diferenciado para as crianças que apresentem alguma limitação na escola, mas que isto não signifique excluí-lo do processo de ensino-aprendizagem, ignorando o direito legal que estas crianças têm de se desenvolverem cognitivamente.

Palavras-chave: Crianças Autistas, Atividades Diferenciadas, Sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE

## ABSTRACT

The present research had as main objective to highlight the profile of children with autism and professionals of the Board of Appeal who participate in a public school in the city of Bayeux, Paraíba. In order to reach this objective, we have adopted some authors that discuss the theme, such as: Rios (2011), Reis (2011), Russian (2018) that discuss the research theme, as well as the official documents: Law of Guidelines and Bases of Education BRASIL, 1996) and the Autism Laws (BRAZIL, 2012, 2015). From there, we chose as methodology of the research a descriptive study, of the qualitative type according to the objectives of the study. The subjects of the research were the teacher of the Board of Appeal and an autistic student, both participants of the investigated institution. We used as a main research instrument a semistructured questionnaire applied with the participants of the study. In addition to observations made in the appeal room, we accompanied the implementation of some activities carried out with the participating student. The results showed the good communication of the resource room teacher with the other professionals, as well as the monitoring of the activities developed with disabled children. We also show that the student's relationship with the resource room teacher is very productive and dynamic in performing the differentiated activities elaborated by the professional. Unfortunately this relationship was not verified in relation to the regular classroom teacher during the investigation period. We conclude that the stimuli that were performed with the autistic student in the resource room allow gradually to be activated the memory and have a suitable cognitive development near his age. In the face of all the research, we verified the need to have a differentiated look at children who present some limitations in school, but this does not mean that they are excluded from the teaching-learning process, ignoring the legal right these children have to develop cognitively .

Keywords: Autistic Children, Activities Differences, Board of Appeal

# SUMÁRIO

## 1. MEMORIAL DA ACADÊMICA

1.1. Histórico de Formação Acadêmica

**2. INTRODUÇÃO ..... 12**

**3. REFERENCIAL TEÓRICO ..... 15**

3.1. A Educação do Campo e os principais anos escolaridade das crianças campesina .... **Erro!  
Indicador não definido..15**

3.2. O Autismo: conceito e tratamento.....16

3.3. O autismo e a Legislação Vigente.....19

3.4. A escolarização de crianças autistas.....21

3.5. Ensino escolar para crianças autistas: um desafio.....22

**4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....24**

**5. CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 29**

**REFERENCIAS ..... 31**

**APÊNDICE ..... 33**

Questionário ..... 33

# **1 MEMORIAL ACADÊMICO**

## **1.1 Histórico de Formação Acadêmica**

Estudei minha vida toda em escola pública, pois sou a terceira de quatro filhos e os meus pais não tinham condições de pagar escola particular para os quatro, mas isso nunca me foi vergonha.

Minha mãe sempre me incentivou muito à estudar, na alfabetização ela fez com que cada um dos filhos repetissem de ano. Ela nos fala que fez isso porque só poderíamos seguir adiante se lêssemos corretamente, e assim seguimos, na sétima série fui retida por menos de um ponto, ainda me lembro quando as gestoras da escola falavam que iriam me aprovar, e minha mãe disse que não, que se eu não atingi a nota toda era porque eu não teria capacidade de seguir para o ano seguinte. Lembro-me que na época fiquei muito chateada com aquilo, mas ele me disse que um dia eu iria agradecer a ela, e é verdade se hoje estou aqui também devo a ela.

No ensino médio ela me deu a opção de fazer o magistério, mas eu falava que nunca que seria professora. Conclui o ensino médio com 18 anos, a única coisa que eu queria fazer era trabalhar, não queria estudar.

Em 2011, já trabalhando resolvi estudar. Foi então que fiz uma faculdade privada, fiz o curso de Gestão de Recursos Humanos. Terminei, trabalhei na área, mas não me identifiquei. Prestei vestibular para UFPB, para o curso de Pedagogia com área e aprofundamento em Educação do Campo. Nem acreditei quando passei em 2013.

No início foi bem difícil, pois não me identificava com o curso, mas o tempo foi passando e logo fui me apaixonando, a cada período que passava a vontade de prosseguir aumentava. Quando estava no 3º período fiz um estágio não obrigatório, foi onde realmente tive a certeza de que estava fazendo o curso certo, algo que realmente eu gostava.

Durante o estágio recebi uma proposta de ser professora de uma escola pública. Nossa! Foi onde realmente vivi uma realidade a qual eu não conhecia nem imaginava. Fui professora da turma do terceiro ano do ensino fundamental, tinha 25 alunos, lembro-me bem que só sete sabiam ler. Tinham dois alunos com diagnosticados como hiperativos, e não tinha monitor. Foi um ano bem difícil, pois tinha pouca experiência, mas eu queria que todos aprendessem, só que eles tinham uma realidade bem difícil, alguns passavam fome, já tinham que trabalhar, uns tinham pai ou mãe presos, outros tinham visto alguém de sua família morrer, enfim. Foi realmente bem difícil, nem todos terminaram o ano alfabetizados, mas tenho a certeza que

plantei uma sementinha de esperança em cada um deles. E assim foi onde realmente iniciou minha vida profissional como pedagoga.

Nos meus estágios supervisionados obrigatórios pude aprender coisas positivas e negativas, pude observar que existem muitos professores bons que amam sua profissão, que realmente foram exemplos para que aprendesse com eles, mas também existem professores que parecem não gostar do que fazem. Nunca irei esquecer que meus estágios serviram muito nessa caminhada para que pudesse descobrir que ser professora é profissão dos meus sonhos.

Lembro-me que em um dos meus estágios uma professora olhou para mim e falou que aqueles alunos não seriam capazes de aprender, pois a maioria passava fome ou tinham uma estrutura familiar bem complicada, ela falava que dava o conteúdo só por dar, mas sabia que eles não aprendiam, e perguntei se ela iria aprova-los e ela me respondeu que sim, pois os gestores não permitiam muitos alunos retidos, e que ela também não iria continuar com aqueles alunos “burros”. Isso me doeu muito, pois tenho a certeza que aqueles alunos não eram burros e sei sim que eles tinham dificuldades, mas isso me serviu de exemplo, pois sei que não quero ser uma profissional igual aquela professora, pois acredito que todos tem direito a aprender, todos tem direito a uma boa educação, mas isso me serviu de aprendizado pois me capacito a cada dia para que eu não me torne uma pedagoga daquele nível.

Hoje estou concluído meu curso com a graça de Deus. Já trabalho na área e tenho a certeza no meu coração que se todos fizerem sua parte teremos uma educação bem melhor.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho apresenta um olhar para uma crianças com Síndrome do Espectro Autista: um estudo de caso de como uma criança autista, a fim de identificar como são feitas as ações desenvolvidas pela profissional da sala de atendimento educacional especializado – AEE e como está inserida no meio social da escola, bem como a formação dessa profissional que desenvolve um trabalho que requer bastante cuidado e empenho.

Na escola onde foi realizada a pesquisa não tem uma estrutura física tão adequada, pois é pequena e muito próxima a principal o que proporciona muito barulho de veículos. Fato este que compromete diretamente a atenção das crianças tirando-lhes a concentração, como falta de interesse dos professores da sala de aula regular é algo muito sério, onde alguns não olham para os alunos com deficiência de forma adequada, esquecendo-se que acima de tudo são crianças.

O que norteou a escolha do tema foi o fato de trabalhar em uma escola pública dentro do Município de Bayeux /PB, onde a escola recebe alunos com síndrome do espectro autista e acabei observando como são feitas as atividades com esses alunos, onde o mesmo vem sendo atendidos na sala de atendimento educacional especializado – AEE em outra escola no mesmo bairro, assim tivemos a curiosidade em analisar uma criança autista na sala de atendimento especializado – AEE.

### **2.1 Objetivos do estudo**

O objetivo desse trabalho foi o analisar uma criança com autismo e a profissional da sala de atendimento educacional especializado – AEE em uma escola pública no município de Bayeux, Paraíba.

Como base no objetivo geral apontamos alguns objetivos específicos:

- Identificar quais são as ações da sala de recurso nas assistências fornecidas pela escola aos estudantes autistas;
- Averiguar se a formação dos profissionais da escola está adequada para atender crianças com deficiência.

### **2.2 Aspectos Metodológicos de Investigação**

Uma metodologia caracterizada por estudo de caso e se enquadrando por uma abordagem qualitativa, assim trazendo instrumentos necessários para obtenção dos dados

através de observações e um questionário semiestruturado, a fim de verificar se a profissional da sala de atendimento educacional especializado – AEE tem a formação necessária para trabalhar a temática autista. Segundo Yin (2001, p.32): “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Já a pesquisa qualitativa foi caracterizada por Gil (2011) “como sendo um método de investigação científica que foca no caráter subjetivo do objeto analisado, que nosso caso é o estudante autista, estudando as suas particularidades e experiências individuais, por exemplo”.

De acordo com o nosso propósito inicial de analisar uma criança com autismo e a profissional da sala de atendimento educacional especializado – AEE em uma escola pública no município de Bayeux, Paraíba, dividimos este estudo em duas partes: observação e período de aplicação de um questionário semiestruturado.

A pesquisa ocorreu no período de abril a maio de 2018, sendo desenvolvida em uma escola municipal localizada no município de Bayeux, Paraíba.

Sendo como sujeitos da investigação: um aluno autista que frequenta o 5º ano do Ensino Fundamental e uma professora atuante na sala de atendimento educacional especializado - AEE.

Adotamos como principal instrumento um questionário semiestruturado aplicados com a professora participante com intuito de esclarecer dúvidas sobre o meio social do aluno autista e como ele está sendo inserido no ambiente escolar e como ocorre a relação família-escola.

Com a professora está nessa área de educação inclusiva há seis anos, tem como formação graduação em Pedagogia como especialização em educação inclusiva e em andamento com outra especialização em Transtorno do Espectro autista. Pelo que se pode observar ela é uma professora bastante comprometida no que faz e muito solicitada dentro do município para dar capacitações para profissionais da área, muito dinâmica com seus alunos, procura não repetir as mesmas atividades, ela está sempre adaptando os assuntos para que mantenha o interesse dos alunos.

O aluno autista tem 13 anos e está inserido no 5º ano do Ensino Fundamental, mas não foi ainda alfabetizado, nem tão pouco domina os conteúdos obrigatórios de anos anteriores. O mesmo está na escola há um ano e sendo acompanhado pela professora da sala de atendimento especializado – AEE desde o início de sua chegada na escola. Ele frequenta a turma pela questão da sua idade, na esperança que adquira comportamentos típicos de sua faixa etária, apesar de apresentar limitações.

Com base nos objetivos e na problemática proposta, organizamos a estrutura do texto que segue em seções. Na primeira seção iremos discutir as questões que foram levantadas. Na

segunda teremos o referencial teórico com textos falando sobre: A Educação do Campo e os primeiros anos da escolaridade; O Autismo: Conceito e Tratamento; Os documentos oficiais e as diferenças diversas (documentos de lei do autismo); A escolarização de crianças autistas; O ensino escolar para crianças autistas: um desafio. Na terceira teremos os resultados onde serão expostos os dados colhidos através de um questionário de entrevista. Na quarta seção apresentamos as Considerações Finais e Referências utilizadas na construção do texto. Finalizamos a investigação apresentando algumas sugestões de pesquisas futuras.

### **3 A EDUCAÇÃO ESCOLAR E A CRIANÇA AUTISTA**

#### **3.1 A Educação do Campo e os primeiros anos de escolaridade das crianças camponesas**

A Educação deve ser construída a partir dos interesses da comunidade à qual está ligada, e o seu projeto político pedagógico deve iniciar-se a partir da realidade local, da cultura da comunidade camponesa e têm nas condições materiais e históricas de produção da existência dos povos do campo e base da fundamentação dos processos pedagógicos e educativos desenvolvidos pelos seus educadores e comunidade educativa como um todo. A escola do campo é uma escola comprometida com o processo formativo e os problemas dos povos do campo.

Processo de escolarização para todos nasce da luta constante da sociedade brasileira em defesa de uma educação apropriada e contextualizada com a realidade de cada região. Acreditamos que a escola precisa ser uma construção coletiva.

Até a metade da década de 1970, após o golpe militar, a sociedade brasileira começou a reagir ao autoritarismo e a desafiar a repressão. Com isso surgem demandas urgentes e reprimidas dos movimentos sociais e sindicais, que assumem a mobilização da massa na luta pela redemocratização popular e na reivindicação de direitos básicos. Fruto das pressões populares, a Carta Magna de 1988 proclama a educação como direito de todos e dever do Estado, constituindo a educação como direito público subjetivo, independentemente dos cidadãos residirem nas áreas urbanas ou rurais. Desse modo, os princípios e preceitos constitucionais da educação abrangem e passam a abranger todos os níveis e modalidades de ensino ministradas em qualquer parte do país (REIS, 2011).

Nas escolas que recebem pessoas com deficiência também precisam de um apoio maior para receber crianças com necessidades especiais, independentemente de ser escola situada na zona urbana ou na rural, é dever do Estado incluí-la nas instituições de ensino assegurando o seu direito de igualdade. Diante desta assertiva Minetto (2008, p.19-20) ratifica este direito ao evidenciar que “a educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de convívio com qualidade de vida, de uma pessoa na sociedade (...)”.

O que acontece muito ainda hoje é que muitas escolas se recusam a receber pessoas com deficiência, graças a um grande despreparo, preconceito e abandono social. Algumas instituições ainda têm muito preconceito e com isso terminam excluindo as crianças que necessitam de cuidados especiais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996, Art. 58) define o que seja educação especial:

[...] para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996, p. 21).

As leis do nosso país (BRASIL, 1988; 1996; 2012; 2015) asseguram a educação e garantem os cuidados para crianças especiais em idade escolar. Estas existem e devem ser cumpridas para atender as crianças que apresentam alguma limitação. Tendo em vista que a legislação está para efetivar e assegurar as pessoas com deficiência.

### **3.2 O autismo: conceito e tratamento**

O autismo é um transtorno de desenvolvimento que geralmente aparece nos três primeiros anos de vida e compromete as habilidades de comunicação e interação social. Também é conhecido como Transtorno do Espectro Autista - TEA, sendo definido pela presença de “Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, atualmente ou por história prévia” (RUSSO, 2017, p. 1).

O autismo para muitos é algo que não tem cura, mas sabe-se quando diagnosticado cedo e tendo um acompanhamento adequado a criança tem um bom desenvolvimento. “Este transtorno de desenvolvimento que geralmente aparece nos três primeiros anos de vida, comprometendo habilidades de comunicação e interação social” (RUSSO, 2017).

Alguns sintomas podem ocorrer com as crianças com autismos: ausência de linguagem verbal, ou linguagem verbal pobre; ecolalia (repetição do que outras pessoas acabaram de falar, repetir falas de filmes ou novelas etc.); hiperatividade ou constante agitação e movimento (ocorre em um grande número de crianças) ou extrema passividade (ocorre em um menor número de crianças); contato visual deficiente (a criança raramente olha nos olhos do professor, dos pais ou de outras crianças); dificuldades em compreender o que lhe é dito (não obedece a ordens); problemas de atenção e concentração; ausência de interação social (não brinca com outras crianças); ausência de choro; mudanças de humor sem causa aparente; usa adultos como ferramentas (para pegar objetos); ausência de interesse por materiais ou atividades da sala de aula; interesse obsessivo por um determinado objeto ou tipo de objetos (rodas de carrinhos).

As causas do autismo ainda são desconhecidas, mas a pesquisa na área é cada vez mais intensa. Provavelmente, há uma combinação de fatores que levam ao autismo. Sabe-se que a genética e agentes externos desempenham um papel chave nas causas do transtorno. De acordo com a Associação Médica Americana, as chances de uma criança desenvolver autismo por causa da herança genética é de 50%, sendo que a outra metade dos casos pode corresponder a fatores exógenos, como o ambiente de criação. Segundo Russo (2018) o autismo apresenta fatores externos que podem contribuir para o surgimento do transtorno. Estes são a poluição do ar, complicações durante a gravidez, infecções causadas por vírus, alterações no trato digestório, contaminação por mercúrio e sensibilidade a vacinas. “Não se tem números exatos de crianças com autismo. Um relato publicado pelos centros de controle e prevenção de Doenças (CDC) dos EUA sugere que o autismo e seus distúrbios relacionados são muito mais comuns do que se imagina” (RUSSO, 2017).

O autismo afeta cinco vezes mais os meninos do que as meninas. Para o surgimento do autismo no indivíduo alguns fatores de risco devem ser considerados, como ressalta (RUSSO, 2017). Esta autora também afirma que o autismo afeta quatro a cinco vezes mais os meninos do que as meninas.

Alguns fatores são considerados de riscos para o desenvolvimento do autismo, como histórico familiar que já tinha tido integrante com autismo correm riscos maiores de ter outras posteriormente, crianças com alguns problemas de saúde específicos tendem a ter mais riscos de desenvolver autismo do que outras crianças epilepsia e esclerose tuberosa estão entre esses transtornos, uma idade mais avançada dos pais há mais chances de a criança desenvolver autismo. (RUSSO, 2017).

Crianças com autismo normalmente tem dificuldades em brincar de faz de conta. Elas também têm dificuldades na comunicação verbal e não verbal interações sociais isso faz com que muitos pais procurem ajuda antes que a criança atinja os dois anos de idade, mas muitas crianças com autismo parecem normais antes de um ou dois anos, mas de repente “regridem” e perdem as habilidades linguísticas ou sociais que adquirem anteriormente esse tipo de autismo é chamado regressivo.

Uma pessoa com autismo pode ter visão, audição, tato, olfato, ou paladar excessivamente sensíveis, ter uma alteração emocional anormal quando há alguma mudança na rotina, fazer movimentos corporais repetitivos, demonstrar apego anormal aos objetos. O discurso de um indivíduo autista raramente é acompanhado de gestos e, quando isso ocorre são desprovidos de qualquer simbolismo, parecendo instrumentais (PEREIRA, 1999).

Os problemas de comunicação no autismo podem incluir, não poder iniciar ou manter uma conversa social, comunicar-se com gestos em vez de palavras, desenvolver a linguagem ou não desenvolve-la, não ajustar a visão para olhar para objetos, não se referir a si mesmo de

forma correta (por exemplo, dizer você quer água, quando ela quer dizer eu quero água) repetir palavras memorizadas. De acordo com GÓMEZ, 2008 “O problema da comunicação da criança autista está associado às dificuldades no reconhecimento das funções interpessoais da linguagem, bem como num déficit ao nível da compreensão de como ter reciprocidade com outras pessoas”.

A maioria dos programas aumentará os interesses da criança com uma programação altamente estruturada de atividades construtivas. Já que o principal objetivo do tratamento é maximizar as habilidades sociais e comunicativas da criança por meio da redução dos sintomas do autismo e do suporte ao desenvolvimento e aprendizado. Segundo o Ministério da Saúde 2000. Devido aos enormes custos psicossociais, clínicos e econômicos, é de se considerar essencial à administração de medicamentos que possam contribuir para a redução do sintoma autísticos.

Existem diversos programas para tratar problemas sociais, de comunicação e de comportamento que estejam, relacionados ao autismo, procuram ensinar crianças a como agir em determinadas situações sociais e a como se comunicar propriamente. Um desses programas é o de Análise Aplicada do Comportamento - ABA (sigla em inglês) que é muito utilizada quando discutimos práticas aplicadas a crianças pequenas com algum distúrbio dentro do espectro do autismo. A Análise Aplicada do Comportamento - ABA é uma possibilidade de abordagem de aprendizado individual da criança autista que visa reforçar a prática e o desenvolvimento de várias habilidades. De acordo com Baer, Wolf e Risley (1968) “a análise aplicada do comportamento é uma disciplina de pesquisa focada na prestação de serviços, do que elucidar princípios gerais do comportamento, como a análise experimental do comportamento”.

O objetivo deste processo é que a criança se aproxime do funcionamento normal do desenvolvimento. Os programas de Análise Aplicada do Comportamento - ABA, normalmente são feitos na casa da criança sob a supervisão de um psicólogo comportamental.

É importante o acesso do autista nesses Programas oferecidos aos mesmos, justamente por não existir medicamentos capazes de tratar os sintomas do autismo, como afirma Russo (2018, p.1).

Não existem medicamentos capazes de tratar sintomas do autismo, são usados medicamentos para tratar problemas comportamentais ou emocionais que os pacientes com autismo apresentem, como agressividade, ansiedade, problemas de atenção, compulsões extremas que a criança não pode controlar, hiperatividade, impulsividade, irritabilidade, alterações de humor, surtos, dificuldades para dormir e ataques de raiva.

O autor traz em sua fala dos avanços da medicina ao relatar desses medicamentos, que tem por finalidade reduzir os sintomas dos autistas e que pode trazer uma vida mais tranquila no que refere aos sintomas autistas, pois cada pessoa com autismo tem o grau diferenciado um do outro.

### **3.3. O Autismo e a Legislação Vigente**

Ao falar da legislação vigente sobre o autismo devemos retomar aos seguintes documentos orientadores: A Declaração Mundial sobre Educação para Todos em 1990, a Declaração de Salamanca em 1994, que vem mostrar os aspectos da educação e da inclusão na educação. De acordo com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos de 1990:

Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo (UNESCO, 1990, p. 3).

A Declaração de Salamanca destaca:

[...] as escolas integradoras devem reconhecer as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender, como também deve adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem das crianças, assegurando a elas [...]um ensino de qualidade por meio de um adequado programa de estudos, de boa organização escolar, criteriosa utilização dos recursos e entrosamento de suas comunidades (UNESCO, 1994, p. 23).

Em 2012 o Senado Federal começa a discutir a primeira lei do autismo de nosso país graças ao empenho da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, decorrente de muitos movimentos representados pela Associação em Defesa do Autista. A lei foi batizada de “Lei Berenice Piana”, em homenagem a uma mãe que desde que recebeu o diagnóstico de seu filho como autista lutou para assegurar os direitos de sua criança.

No final do ano de 2012 foi publicada a Lei nº 12.764/12, que dispõe especificamente acerca da proteção dos direitos dos autistas. Tal inovação foi de grande relevância, haja vista que, a partir de então, todos os autistas passaram, por lei, a fazer jus a todas as prerrogativas da Lei nº 7853/89 (que dispõe acerca da proteção dos direitos da pessoa portadora de deficiência),

tais como prioridade na tramitação de processos administrativos e judiciais e cotas reservadas em concursos públicos. (BRASIL, 2012, p. 2).

A criança autista tem os mesmos direitos que outra criança com deficiência. Isto constatamos no documento das Diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista ao estabelecer que:

A intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

A participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

A atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

O estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990;

A responsabilidade do poder público quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

O incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; e,

O estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País (BRASIL, 2012, p.2).

Desta forma, as crianças Autistas têm direito a uma vida social adequada, com acesso legal a educação de qualidade. O uso pela lei da expressão “pessoa com transtorno do espectro autista” é muito mais abrangente que o termo “autista”, pois abrangendo várias síndromes como a de Asperger, Kanner, Heller ou ainda o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento sem outra especificação. Todas estas síndromes podem ser consideradas dentro do espectro autista, caracterizado ao portador de síndrome clínica caracterizada por equipe multidisciplinar.

Desta forma a Lei do Autismo (BRASIL, 2012, p.1) assegura que o autista apresenta:

a) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; e,

b) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. Crianças com dificuldades em se relacionar, com dificuldades em um diálogo, introvertidas.

Constatamos a partir dessa citação podemos perceber que no desenvolvimento da criança autista a comunicação e a interação como elementos sociais para o seu desenvolvimento cognitivo, para todos os efeitos legais. O que acabou repercutindo na aplicabilidade integral desta Lei ao ser criado em 2015 o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015, p. 2) destinado a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social.

Percebemos na abordagem presente no Estatuto da Pessoa com Deficiência os seus direitos reconhecidos e assegurados pelo Estado com relação a aprendizagem destas crianças. Para isso foram abordados os direitos conferidos à pessoa com transtorno do espectro autista, tais quais: a ter uma vida digna, integridade física e moral, livre desenvolvimento da personalidade, segurança e lazer; a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração; ao acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo, o atendimento multiprofissional, a nutrição adequada e a terapia nutricional, os medicamentos e as informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; bem como ao acesso à educação e ao ensino profissionalizante; à moradia, ao mercado de trabalho; à previdência social e à assistência social (BRASIL, 2015, p. 3).

A pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular terá direito a acompanhante especializado, nos casos de comprovada necessidade.

O Estatuto da pessoa com Autismo também tem direito a frequentar as escolares regulares e os gestores não poderão recusá-lo por causa de sua deficiência. Infelizmente isso correu muito antes desta lei. A lei também garante que a criança não deve ser tratada de forma desumana ou degradante, nem tão pouco de ser privada de liberdade ou sofrer qualquer discriminação por motivo da deficiência. Pelo contrário, este pode sim ter uma vida social digna, sem ser privado do mundo.

Como não poderíamos deixar de discutir, a criança com deficiência seja ela qual for, tem direito a assistência com profissionais qualificados para o atendimento educacional especializado com apoio na sala de aula. Desta forma a criança com deficiência, terá melhores possibilidades de alcançar o máximo de seu desenvolvimento intelectual e de suas habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, respeitando suas necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, Art. 28).

### **3.4. A escolarização de crianças autistas**

A aprendizagem escolar é uma das etapas que pode interagir o processo de desenvolvimento da pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo - TEA. É esperado que a

pessoa no espectro pudesse aperfeiçoar sua capacidade de integração social, ampliar sua percepção de mundo, além de ter acesso ao conhecimento por meio das aulas regulares do ensino fundamental e médio.

A educação física é uma das formas de auxiliar no desenvolvimento de habilidades na criança com Transtorno do Espectro Autista - TEA, em especial no que cabe às aptidões sociais e motoras. Já no aspecto comportamental, pode se observar redução de movimentos estereotipados do autista, bem como diminuição de comportamentos agressivos.

Da mesma maneira que o profissional de qualquer outra disciplina escola educativa deve se empenhar em ser um facilitador para que a criança no espectro possa acompanhar/assimilar os ensinamentos que lhe são propostos.

A escola é uma das ferramentas que podem possibilitar ao autistas melhores condições devida ao proporcionar mais independência as crianças autistas e adquirir competências que o possibilitem ser elegível a uma oportunidade no mercado de trabalho.

Infelizmente ainda existe um despreparo muito grande nas instituições de ensino para lidar com crianças com Transtorno do Espectro Autista - TEA. Estudantes com autismo apresentam diferenças entre si no que cabe à sua capacidade de interação social e muitas vezes têm dificuldades em estabelecer relacionamentos. Portanto é indicado que a escola se adapte para receber o aluno com autismo e atende-lo em suas necessidades, oferecendo profissionais especializados, que possam promover esta integração e sejam facilitadores do acesso de ensino.

O educador precisa ter ciência de que o processo de aprendizagem com esta criança demandará tempo, Constância e recursos didáticos que prendam a atenção do autista, visto que o déficit de atenção é uma das fragilidades decorrentes do distúrbio.

Seja no ensino público ou no privado, o importante é que a pessoa com autismo esteja integrada no meio ao qual foi proposta inserção. As escolas precisam ter o cuidado de não correr o risco de uma generalização no trato com autista, pois os alunos com autismo podem ser tão diferentes uns dos outros quanto qualquer outro aluno.

### **3.5. O ensino escolar para crianças autistas: um desafio**

A educação especial constitui modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais, é o que considera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996, Art. 58). Ou seja, a educação especial é uma modalidade de educação escolar que visa atender às necessidades educacionais especiais dos alunos que as possuem, oferecendo-lhes a

oportunidade de aprender e se desenvolver cognitivamente em pé de igualdade com os demais alunos do ensino regular, na perspectiva de uma educação inclusiva.

Ou seja, é necessário que exista um atendimento diferenciado para as crianças com autismo, uma educação de qualidade respeitando a diversidade humana, professores preparados a lidar com essas crianças, professores que os reconheçam e os respeitem.

Provavelmente quando um professor tem um aluno com autismo em sua sala de aula ele percebe que tem algo diferente nessa criança. Quando um professor tem um aluno autista em sala de aula ele deve ter consciência e olhar para esse aluno de forma diferenciada, porém não exclusiva, todos tem o direito a igualdade.

A secretaria de Educação Especial quanto as características do autista indica que: “É improvável que todas essas características apareçam ao mesmo tempo. O que é fundamental que seja compreendido é que não estamos falando a respeito de um quadro muito bem definido e que, uma vez localizado em uma criança, teremos como consequência imediata um prognóstico (BRASIL, 2013, p. 1).

Eventualmente uma criança com autismo pode aprender a ler sozinha no período escolar. É muito provável que o professor perceba que a criança apresenta alguma deficiência e que tem necessidades especiais, antes mesmo dos pais ou até o pediatra. Neste caso é importante que o profissional evite fazer diagnósticos, pois não cabe a ele esta função. É indicado que o professor comunique a situação a um superior e juntos procurem a família para orientá-los no sentido de procurar esclarecimentos médicos e traçar planos de trabalho de curto e médio prazo, no sentido de ajudar o aluno no seu processo cognitivo.

Ao ter certeza que trata-se de alguma deficiência a escola deve atentar para as necessidades educacionais especiais do estudante. Este precisa que lhe seja ensinado quase tudo o que uma criança normal aprende espontaneamente por meio da observação e da experiência. Vale salientar que toda criança tem direito à educação e que também deve ser inserida neste processo com a idade legal.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública do município de Bayeux/PB, nos meses de abril a maio de 2018 com uma professora da sala de recursos e com um estudante autista.

A escola participante está localizada na cidade de Bayeux/PB, que conta com 28 escolas públicas, sendo uma delas a instituição participante alvo de nossa pesquisa. Esta recebe atualmente 532 alunos, sendo 30 (trinta) alunos com necessidades especiais, sendo apenas 01 (um) aluno autista como destaque em nossa pesquisa.

Nessa pesquisa foram feitas algumas observações no mês de abril de 2018. Em maio aplicamos um questionário com a professora da sala de Recurso, no intuito de esclarecermos dúvidas de como as crianças deficientes se comportam na escola e como é realizado o atendimento na sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE. As perguntas na integra estão no Apêndice I.

A primeira pergunta do questionário foi sobre qual é o objetivo da sala de AEE na escola. Quanto a este item, a professora respondeu que:

“A atuação da escola através da sala de AEE é de cumprir o Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado, elaborado pela escola deve ser realizado atendimento para desenvolver habilidades e potencialidades dos educandos” (PROFESSORA).

Diante dos estudos, entendo que a sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE é para dar um suporte aos alunos com deficiência, ajudando em suas dificuldades leitura, escrita e interação social. Com o intuito de inserir o aluno autista a educação, sem fazer qualquer tipo de distinção. Garcia (2008, p. 18) explica que “[...] os atendimentos especializados expressam uma concepção de inclusão escolar que considera a necessidade de identificar barreiras que impedem o acesso de alunos considerados diferentes.” Com o respeito à diversidade, o objetivo do trabalho educacional deve ser o de permitir acesso à educação a todas as crianças, jovens e/ou adultos.

Qual é o público alvo e frequente da escola?

“O público alvo atendido pela escola são educandos com deficiência auditiva, visual, intelectual, física e múltipla crianças com Espectro Autista e altas Habilidades e superdotação” (PROFESSORA).

As escolas tem o dever de incluir crianças com qualquer pessoa com deficiência, desenvolvendo um trabalho aliando a inclusão com a educação.

Nesse momento evidenciamos o artigo 2 da Lei 12.764 que afirma que:

O incentivo à formação e a capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis (BRASIL, 2012, Art. 2º-VII).

A professora da sala de recurso é formada em Pedagogia e tem especialização em Educação Inclusiva. Ela trabalha na área há seis anos na instituição participante. A sala de AAE é um espaço destinado para a realização de atendimento educacional especializado.

Baseado no relato da professora ela afirmou que o estudante autista observado no estudo tem atualmente 13 anos, cursa o 5º no do Ensino Fundamental e está a apenas um ano na instituição.

O seu relacionamento com as outras crianças é razoável, ao afirmar que:

“O educando não interagem socialmente com o grupo e não mantém uma fala funcional” (PROFESSORA).

É um dever dos profissionais da escola fazer com que essa criança tenha um bom relacionamento com os demais, assim promovendo ações para que os alunos autistas possam desenvolver suas habilidades.

A professora relatou que o relacionamento da criança autista com os professores é razoável:

“Os professores não interagem com o aluno de forma pedagógica, se limitam a se comunicar com a monitora”. (PROFESSORA)

Infelizmente ainda existe muita exclusão vinda por parte dos professores, é como se as crianças com deficiência não existissem dentro da sala de aula, assim refletindo no desenvolvimento dessas crianças em relação professor/aluno e aluno/escola.

Na fala da professora evidenciamos o destaque para certas habilidades e dificuldades do aluno, onde a professora relata que:

“[...] suas habilidades apresentam uma boa percepção visual, auditiva e tátil; entende ordens, identifica personagens em histórias simples; nomeia cores, reconhece a diferença entre as letras e números, é capaz de seu nome; compreende igualdade e diferença, utiliza a linguagem oral para se comunicar embora sem grande repertório; já suas dificuldades são apresentadas nas habilidades sociais, linguagem com pouco repertório e ecolalias; dificuldades nos cálculos matemáticos; baixa tolerância quando contrariado; dificuldades na higiene pessoal” (PROFESSORA).

Toda criança tem capacidade de aprender algo, dentro de suas limitações, mas se uma criança com deficiência conseguir ter algum tipo de desenvolvimento isso já é bastante proveitoso, assim podendo desenvolver as habilidades de cada aluno autista.

Devemos procurar o antes possível desenvolver: a autonomia e a independência; a comunicação não-verbal; os aspectos sociais como imitação, aprender a esperar a vez e jogos em equipe; a flexibilização das tendências

repetitivas; as habilidades cognitivas e acadêmicas; ao mesmo tempo é importante: trabalhar na redução dos problemas de comportamento; utilizar tratamento farmacológico se necessário; que a família receba orientação e informação; que os professores recebam assessoria e apoio necessários. (MELLO, 2007, p.28).

O primeiro contato com o aluno ocorreu através de sua genitora que o levou à escola para avaliação pedagógica, a família apresentou-se primeiro sem o aluno para coleta de informações sobre o mesmo, que são necessárias para o preenchimento do Plano de Desenvolvimento individual do educando.

A professora também afirmou que:

“O aluno reside com os pais, durante o horário em que ele não se encontra na escola o mesmo fica com a mãe, seus pais tem estudo, o seu pai o fundamental II e sua mãe o pedagógico algo que ajuda o bastante no seu desenvolvimento, eles são bastante participativos na vida escolar do aluno e aceitam o fato do filho ser autista, inclusive oferecendo ao mesmo os mais os mais diversos atendimentos especializados” (PROFESSORA).

O apoio dos pais é muito importante, pois se a escola tem esse apoio a criança tende a se desenvolver mais, pois o trabalho que é feito na escola em casa os pais continuam.

Três dificuldades foram apontadas pela professora com respeito ao estudante observado:

“O aluno possui linguagem oral; socialização; aprendizagem; em sala regular” (PROFESSORA).

Essas dificuldades são realmente difíceis de trabalhar, mas se trabalhadas corretamente se consegue ter resultados positivos.

Com relação de como é organizado o atendimento de AEE com o estudante foi evidenciado na fala da professora:

“O objetivo maior é Estimular a linguagem oral para aumentar o repertório e torna-la funcional ensinando palavras novas e seus contextos. Com relação à socialização o mesmo frequenta os mesmos espaços que os demais alunos e busco sensibilizar os colegas através de palestras dinâmicas. Aprendizagem em sala de aula tento quando possível adaptar o currículo, embora entenda que essa seria a função do professor de sala regular.”

É dever dos professores da sala regular preparar atividades diferenciadas para alunos com deficiência, mas não é comum vê isso, os professores tem que fazer seu papel dentro da sala de aula incentivando na linguagem oral, na socialização ou seja tem que trazer esse aluno para perto de você de forma com que façam ser vistos.

A professora também fez um comentário de como é trabalhar com a criança especiais e o quão gratificante é vê-la desenvolver:

“O aluno já demonstra afetividade e interesse em frequentar a escola, bem como o AEE. Trabalhar com ele é desafiador principalmente pela dificuldade

na linguagem oral no que se refere ao diálogo, já que o mesmo como dito anteriormente, não se comunica de forma funcional. No entanto é um desafio que me faz crescer profissionalmente, pois busco me especializar na área e estou inclusive concluindo uma pós em TEA sempre com o objetivo de melhor atender o aluno e contribui também para o meu desenvolvimento como ser humano desenvolvendo principalmente a empatia. Me sinto estimulada pela confiança que a família do aluno deposita e tem um feedback bastante favorável principalmente com sua genitora” (PROFESSORA).

Afirma ainda que:

“O maior desafio é o aluno estar inserido em uma escola com alto índice de indisciplina por parte dos demais educandos e ainda assim conseguir criar com ele uma rotina que seja prazerosa e contribua para sua aprendizagem.” (PROFESSORA).

É muito importante para esses alunos quando tem profissionais capacitados para atendê-los, essa professora entrevistada fala que está sempre se capacitando para melhor atender seus alunos.

O resultado dessa pesquisa foi de grande importância, buscou entender a forma que funciona a sala de Recurso e para que serve, foi observado o aluno dentro e fora da sala de aula, de como ele interage com as outras crianças e de como ele é tratado pelos seus professores. A criança observada ainda tem resistência para realizar algumas tarefas que necessitam mudança de padrões; comunica-se pouco com outras pessoas; tem dificuldade de interpretar situações simples e necessita de mediação direta. Ainda não conseguimos adaptar a maioria das tarefas na escola para o estudante, este utilizando tarefas elaboradas apenas pelo AEE.

Com relação a observação realizada durante o período da pesquisa evidenciamos que: o estudante apresenta uma hipersensibilidade auditiva que precisa ser cuidadosamente trabalhada para evitar uma ansiedade que geralmente leva a um estado de alerta em ambientes barulhentos. Uma orientação apresentada pela escola foi da utilização de um protetor auricular quando necessário. Outra questão a considerar são as estereotipias relacionadas à ansiedade, movimentos que devem ser eliminados sempre que surgirem. A orientação encontrada na literatura de acordo com Russo (2018) é de mudar o foco do estudante para outra atividade que prenda a atenção.

Na comunicação, o estudante mostrou avanços quando relata fatos ocorridos com os colegas à professora. É uma criança que ainda precisa de um mediador, em alguns momentos, para lidar com o meio social e inserir-se adequadamente para então, divertir-se com as outras crianças. O perfil individual do estudante precisa ser respeitado para que seu desempenho social não seja prejudicado, ou seja, tem que ter seus limites validados e não confrontados sem o devido suporte. A orientação encontrada na literatura de acordo com Russo (2018) é de expor

o estudante a experiências positivas a maior parte do tempo para que a escola seja prazerosa porque o ambiente escolar para ele será sempre desafiador.

A criança também foi observada no grupo fora da sala de aula. Esta mostrou habilidades de grupo e participação social, respondeu bem aos comandos e às regras, embora em alguns momentos tenha havido irritação e tentado empurrar o colega sendo repreendido pela professora, compreendeu bem o fato e pediu desculpas. No recreio brincou e passeou sozinho em alguns momentos, mas não se incomoda quando os colegas se aproximam para interagir.

Nenhuma queixa foi relatada pela professora de sala ou pela coordenação da escola. De acordo com a professora da sala de AEE o estudante participa das atividades coletivas e isoladas. Compartilha objetos e materiais com os colegas, raramente apresenta resistência. Tem boa interação, dentro de seus limites. Estão compreendendo e aceitando melhor às regras. Mantém atenção e concentração durante a realização das avaliações escolares e acompanha bem o nível pedagógico da turma.

É importante ressaltar que estudante foi observado em todos os espaços e atividades escolares nos dias que estive na escola, sem interferência das professoras e demais profissionais da escola. De acordo com as observações realizadas, concluo que o estudante está evoluindo bem no ambiente escolar e devendo ser estimulado também a compartilhar objetos, além de estimulá-lo a expressar sentimentos e pensamentos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito dessa pesquisa foi discutir sobre as ações desenvolvidas com um aluno autista na sala de atendimento educacional especializado a partir de um olhar para o autista e o profissional que desenvolve este trabalho, e bem como a formação dessa profissional em uma escola públicas do município de Bayeux, Paraíba.

Observamos a professora da sala de recurso e realiza atividades com o aluno autista, a escola tem alguns materiais, sendo que a maioria foram improvisados e o ambiente não é adequados para as crianças com deficiência, assim a profissional da sala de atendimento educacional especializado desenvolve materiais de acordo com a deficiência do aluno, procurando desenvolver habilidade e despertar aptidões ainda não percebidas. Foi verificado que a profissional da sala de atendimento educacional especializado é graduada em Pedagogia e sempre procura se especializar na área de educação especial, tais como educação inclusiva e outra em Transtorno do Espectro Autista – TEA.

No que se refere aos professores não tem a capacitações necessárias para atender essas crianças, já os monitores tem as capacitações para trabalhar com as crianças com deficiência. A escola está de acordo com o que a professora da sala de recurso, com os projetos propostos por ela, para incluir os alunos com deficiência, a mesma está sempre inovando com atividades lúdicas e dinâmicas dentro da sala de aula para fazer com que o aluno autista tenha um bom relacionamento com os demais alunos.

Foram observados alguns atendimentos com um aluno diagnosticado com autismo, no decorrer das observações pude perceber que a professora tem muito empenho em ajuda-lo, percebe-se que o aluno aos poucos consegue desenvolver-se de acordo com suas limitações, que são muitas.

Uma das coisas que mais pesam no atraso de aluno é a falta de apoio dos seus professores da sala regular, o aluno apesar de estar inserido na escola e encontra-se em um ano inadequado com relação a sua aprendizagem cognitiva, por conta de sua idade. Estes fatos revelam de certa forma o descompromisso de muitas instituições com as crianças deficientes em nosso Estado.

A falta de interesse de alguns profissionais da instituição participante é evidente. Constatamos este fato ao evidenciar descompromissos e exclusão diariamente dos profissionais regulares. Fato este que revela a necessidade urgente de ações que favoreçam à elaboração de atividades diferenciadas para que esses estudantes com deficiência sejam realmente incluídos nas nossas escolas.

Ao observar o estudante na escola podemos perceber o seu avanço cognitivo. O estudante demonstrou várias habilidades dentro das áreas de desenvolvimento; ele engajou, foi participativo nas atividades, brincou com outras crianças, realizou atividades sem ajuda na sala de aula, obedeceu às regras e respondeu à maioria das expectativas de avanço nestes meses. Porém, ainda mostra instabilidade no comportamento quando não consegue expressar suas dificuldades.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Carlos Eduardo Rios. **Lei 12.764/2012: Direitos da pessoa com transtorno do espectro autista**, 2012.

Bear, M. D., Wolf, M. M., & Risley, R. T. (1968). Some current dimensions of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*.

BRASIL. Autismo tratamentos e causas Disponível em: [www.mi0havida.com.br/saude/temas/autismos](http://www.mi0havida.com.br/saude/temas/autismos). Acesso em 21 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos: LEI Nº 12764.DE DEZEMBRO DE 2012- Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112764.htm) acesso em 2 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. (BRASIL, Secretaria de Educação Especial Dificuldades acentuadas de aprendizagem-autismo. IN: Saberes e Práticas da Inclusão, Brasília, 2003).

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 – **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Autismo: orientação para os pais / Casa do Autista - Brasília: Ministério da Saúde, 2000. 38p.

GARCIA, Rosalba Maria C. **Políticas inclusivas na educação: do global ao local**. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.). Educação especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º edição. São Paulo: Atlas, 2011

Gómez, A. (2008). **Espectro Autista: definición, evaluación e intervención educativa**. Mérida: Junta de Extremadura, Consejería de Educación.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 5 ed. São Paulo: AMA. Brasília: CORDE, 2007.

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. – 2 ed. – Curitiba: Ibpx, 2008

Pereira, E. (1999). **Autismo: o significado como processo central**. Lisboa: Secretariado de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

REIS, Edmerson dos Santos. Educação do Campo, Currículo e Contexto na Construção do Desenvolvimento Rural Sustentável; **Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas da Educação do Campo: pesquisa e práticas educativas**. João Pessoa, Ed.UFPB, 2011

RUSSO, Fabiele. **Educação Física e seu papel no Autismo**, 2017. Disponível em <neuroconecta.com.br> acesso em 19 de abril de 2018.

\_\_\_\_\_. **O que é Autismo**, 2017. Disponível em <neuroconecta.com.br> acesso em 12 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **Comportamento Agressivo no Tea: Você sabe como agir?**- de jan. de 2018. Disponível em <neuroconecta.com.br> acesso em 26 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **Aprendizagem Escolar dos Autistas (Ensino Fundamental e Ensino Médio): Como Vencer Desafios-1 de Nov de 2017-** Disponível em <neuroconecta.com.br>acesso em 19 de abril de 2018.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

\_\_\_\_\_. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

YIN, Robert K. **Estudo de caso** – planejamento e métodos. (2Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.

**APÊNDICE:****Questionário da professora da sala de Recurso****Dados sobre o Educador que atende o aluno com autismo**

Nome: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Tempo de experiência na área: \_\_\_\_\_

Para você o que uma sala de AAE?

Para que funciona?

Desde quando a sala de AEE funciona?

Qual o Público atendido?

Já atendeu outras crianças com autismo: ( ) SIM ( ) NÃO

**Dados sobre o Educando atendido**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Diagnóstico: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo ele está matriculado na escola? \_\_\_\_\_

Como é a relação dele com os outros alunos? ( ) ÓTIMO ( ) BOM ( ) RAZOAVEL

Justifique: \_\_\_\_\_

Como é a relação dele com os professores? ( ) ÓTIMO ( ) BOM ( ) RAZOAVEL

Justifique: \_\_\_\_\_

Descreva brevemente os pontos fortes e fracos do aluno na escola:

Habilidades:

\_\_\_\_\_

Dificuldades:

\_\_\_\_\_

### Dados da Família

Situação dos pais: ( ) CASADOS ( ) SEPARADOS ( ) VIUVO(a)

Os pais trabalham? ( ) SIM ( ) NÃO

Com quem ele fica durante o horário em que não está na escola? \_\_\_\_\_

Escolaridade dos pais? \_\_\_\_\_

Pelo que se podem observar os pais aceitam o fato de o filho ser autista? São participativos de sua vida escolar? \_\_\_\_\_

### Dados sobre o atendimento

Como ocorreu o contato inicial com o educando? \_\_\_\_\_

E com a família? \_\_\_\_\_

Cite três dificuldades que você tem com o aluno: \_\_\_\_\_

Explique as formas como você lida com estas dificuldades quando elas surgem: \_\_\_\_\_

Se possível faça um breve comentário de como é trabalhar com esse aluno o que você vê de mais positivo. \_\_\_\_\_